

PROCESSO - A. I. Nº 295309.0019/21-0
RECORRENTE - MATERCOL CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA LTDA. - EPP
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 6ª JF nº 0137-06/22-VD
ORIGEM - DAT NORTE / INFAZ RECÔNCAVO
PUBLICAÇÃO - INTERNET 09/01/2023

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0366-11/22-VD

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. INFRAÇÃO 02. A recorrente logrou êxito em demonstrar a escrituração de documento fiscal correspondente a parte dos créditos glosados. Modificada a Decisão recorrida. Reduzida de ofício multa referente à infração 3, uma vez que a partir de abril de 2012, houve alteração da legislação, portanto, a multa aplicada de 100% fica reduzida para 60% com previsão no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, Recurso **PROVIDO PARCIALMENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto em face do Acórdão nº 0137-06/22-VD proferido pela 6ª JF deste CONSEF, julgando Procedente em Parte o Auto de Infração lavrado em 22/06/2021 no valor histórico de R\$74.502,80, abordando a seguinte infração:

***Infração 02 – 01.02.42** – Utilização indevida de crédito, sem a apresentação dos documentos comprobatórios (01, 02, 03, 05, 06, 08, 10 e 12/2019, 06, 08, 09, 10, 11 e 12/2020). R\$ 36.631,83 e multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” da Lei nº 7.014/1996.*

Após instrução processual foi proferida a seguinte decisão:

VOTO

...

Cuida a segunda imputação de utilização indevida de crédito, sem a apresentação dos documentos comprobatórios.

O impugnante, conforme o relatório supra, mediante apresentação e citação de documentos, conseguiu demonstrar em parte a legitimidade do crédito glosado.

A autuante revisou parcialmente o lançamento de ofício (nos valores citados), observando as alegações e documentos do contribuinte e o demonstrativo inicial, deduzindo da exigência as quantias relativas aos meses de fevereiro de 2019 (R\$ 2.250,00), março de 2019 (R\$ 13.490,00), agosto de 2019 (R\$ 88,79), outubro de 2019 (R\$ 16,10), junho de 2020 (R\$ 792,29), setembro de 2020 (R\$ 237,33) e dezembro de 2020 (R\$ 535,92).

Quanto aos meses de janeiro de 2019 (R\$ 82,75), fevereiro de 2019 (R\$ 3.368,31), março de 2019 (R\$ 13.500,00), maio de 2019 (R\$ 24,37), junho de 2019 (R\$ 7,72), dezembro de 2019 (R\$ 163,91), agosto de 2020 (R\$ 263,18), outubro de 2020 (R\$ 11,86) e novembro de 2020 (R\$ 1.799,30), manteve a autuação, corretamente, por falta de escrituração dos documentos fiscais competentes na EFD.

No que concerne à infração 04 (recolhimento a menor, em função de divergências entre os valores pagos e os lançados na apuração do imposto), a auditoria fiscal foi levada a efeito com base nas informações prestadas pelo sujeito passivo em sua EFD, constante do CD de fl. 34.

Nesse sentido, ao revisar o lançamento como um todo, a autoridade fiscalizadora manteve os valores referentes aos períodos de janeiro de 2019, fevereiro de 2019, abril de 2019 e janeiro de 2020.

Em relação aos meses de novembro de 2019 (R\$ 12,55) e outubro de 2020 (R\$ 118,79), reduziu a zero as quantias exigidas, pois o contribuinte comprovou o recolhimento das diferenças do ICMS.

Acato as planilhas de revisão de fls. 85/86, elaboradas pelo Fisco, de modo que as infrações 02 e 04, retem respectivamente alteradas, de R\$ 36.631,83 para R\$ 19.221,40 e de R\$ 19.960,69 para R\$ 19.829,25.

Infrações 02 e 04 parcialmente elididas.

...

O contribuinte interpôs Recurso Voluntário pelas razões a seguir sintetizadas.

Questiona a glosa efetivada no mês de março de 2019 no valor de R\$13.500,00, sob alegação de falta de escrituração do documento fiscal na EFD, esclarecendo que este montante se refere à Nota Fiscal nº 12747, emitida pela sua filial com Inscrição Estadual nº 89915576 e CNPJ nº 40.569.394/0002-07 e que foi devidamente lançada na EFD no registro C100 – Saída e no registro E100, que demonstra a apuração do ICMS do período.

Afirma que houve o débito do ICMS por parte da filial, na operação anterior, ao transferir o crédito para a recorrente, sendo seu direito a apropriação deste crédito.

Reitera contrariedade à decisão, pois a nota fiscal mencionada foi lançada no registro E100 e no Livro de Apuração do ICMS e, se o fez com erro ou não caberia a aplicação da penalidade fixa, mas não impedir a utilização dos créditos que preencheram todos os requisitos para sua materialização.

Encerra pedindo o provimento do recurso, para realizar as devidas correções ao Auto de Infração, bem como renova os pedidos contidos na peça de defesa.

Em seguida, os autos foram distribuídos a este relator para apreciação.

VOTO

Não havendo questões preliminares e/ou prejudiciais no recurso e nem sendo o caso de suscitá-las de ofício, aprecio diretamente o mérito.

A irresignação da recorrente diz respeito apenas à Nota Fiscal nº 12747, que foi mantida no lançamento pela JF. O referido documento foi anexado à impugnação, e consta que se trata de nota de saída emitida por MATERCOL ATACADO DISTRIBUIDOR, CNPJ 40.569.394/0002-07, indicando como natureza da operação “TRANS SALDO CREDOR ICMS M ESTA”, como descrição “TRANSF CREDITO ICMS” e o CFOP 5802.

A autuante se manifestou sobre a defesa da seguinte forma, na informação fiscal de fl. 84:

“[...] Em relação à infração 02 (Utilização indevida de crédito fiscal de ICMS), acato as alegações do contribuinte nos meses: Fevereiro 2019 (R\$ 2.250,00), Março (R\$ 13.490,00), Agosto 2019 (R\$ 88,79), Outubro de 2019 (R\$ 16,10), Junho 2020 (R\$ 792,29), Setembro 2020 (R\$ 237,33) e Dezembro 2020 (R\$ 535,92). Quanto aos meses: Janeiro 2019 (R\$ 82,75), Março 2019 (R\$ 13.500,00), Maio 2019 (R\$ 24,37) e Junho 2019 (R\$ 7,72) mantenho a infração haja vista que, as notas fiscais que permitem a utilização do crédito não foram escrituradas, conforme EFD_LivroEntrada-2019 à fl.34 (CD). [...]”

No Recurso Voluntário, além de juntar novamente a referida nota fiscal, a recorrente anexou as seguintes telas para ilustrar o lançamento da nota fiscal em referência em seus registros C100 e E100:

REGISTRO - C100 - SAÍDA - Nota Fiscal Eletrônica

Nota Fiscal Eletrônica

Código da situação do documento	05	Documento Fiscal emitido com base em Regime Especial ou Norma Específica	
Entidade	0	Emissão própria	
Código do participante	FOR00000000	MATERCOL Construção e Agricultura Ltda.	
Número do documento	12747	Série	001
Data da emissão	29/03/2019	Data da entrada ou saída	11
Tipo de pagamento	2	Outros	
Tipo do frete	9	Sem Ocorrência de Transporte	
Chave de acesso	29-1902-40.569.394/0002-07-55-001-000.012.747-119.676.167-7		
Base de cálculo do ICMS			
Base de cálculo do ICMS ST			
Valor total do documento	R\$ 0,00		
Valor do desconto			
Valor do frete			
Valor de outras despesas			
Valor do PIS			
Valor da COFINS			
Valor do ICMS			
ICMS retido por ST			
Valor das mercadorias			
Abatimento não tributado			
Valor do seguro			
Valor do IPI			
PIS retido por ST			
COFINS retido por ST			

Fechar

REGISTRO - E100
Período de Apuração

Período de Apuração (E100)

Pesquisar

Data inicial apuração: 01/03/2019 Data final apuração: 31/03/2019

Valores de Apuração (E110)

Pesquisar

Valor total dos débitos do i...	Valor total ajustes a débito (doc...	Valor total dos ajustes a...	Valor total dos estornos de cr...	Valor total dos créditos do i...	Valor total ajustes a
R\$ 1.719,10	R\$ 0,00	R\$ 13.500,00	R\$ 0,00	R\$ 1.362,34	

Ajuste/Benefício/Incentivo (E111) Obrigações do ICMS recebido ou a recolher - Operações Próprias (E116)

Pesquisar

Código ajuste de apuração/dedução	Descrição complementar	Valor do ajuste de apuração
BA000001 - OUTROS DÉBITOS - REMETERTE - TRANSF. EALNICA		R\$ 13.500,00
BA029999 - OUTROS CRÉDITOS - Ocorrências não especific.	OUTROS CRÉDITOS DE ICMS	R\$ 2.558,13
BA035004 - DÉBITO ESPECIAL - ANTECIPAÇÃO PARCIAL - RECO	ICMS Antecipado Parcial	R\$ 907,35

Além disso, reproduziu novamente a página do seu resumo da apuração do imposto, em que consta a indicação, no campo “crédito do imposto”, da operação de transferência do crédito da filial para matriz, indicando expressamente a Nota Fiscal nº 12747 e o valor correspondente ao crédito.

Analisando a mídia de fl. 34, bem como os documentos que se encontram nos autos, este relator constatou que a nota em referência foi escriturada pela recorrente, ao contrário do que foi afirmado em sede de informação fiscal, não se justificando a glosa do valor respectivo até porque não há qualquer irregularidade no documento, sobretudo que repercuta em prejuízo ao erário.

Por outro lado, rejeito a pretensão de renovação dos pedidos contidos na defesa. O acórdão recorrido acolheu em parte os argumentos apresentados na impugnação e é pressuposto indispensável do Recurso Voluntário o confronto das matérias contidas no acórdão recorrido, já que se trata de medida do sujeito passivo contra a decisão de primeira instância, nos termos do art. 169, I, “b” do RPAF/BA.

Destaco, de ofício, a redução da multa referente à infração 3, uma vez que a partir de abril de 2012, houve alteração da legislação, portanto, a multa aplicada de 100% fica reduzida para 60% com previsão no art. 42, II, “f” da Lei nº 7.014/96, conforme o dispositivo do art. 106, II, “c” do CTN.

Diante do exposto, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso Voluntário interposto, para reduzir a infração 02, conforme demonstrativo abaixo:

INFR Nº	CONCLUSÃO	IMPOSTO	MULTA
1	MANTIDA	990,99	
2	PROVIDO	5.721,40	
3	MANTIDA	2.399,29	
4	MANTIDA	19.829,25	
5	MANTIDA	640,90	
6	MANTIDA		2.983,96
TOTAL	-	29.581,83	2.983,96

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário interposto para reformar a Decisão recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **295309.0019/21-0**, lavrado contra **MATERCOL CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA LTDA. – EPP**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$29.581,83**, acrescido das multas de 60%, sobre R\$28.940,93 e 100% sobre R\$640,90, previstas no art. 42, incisos II, “b”, “f” e VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória de **R\$2.983,96**, prevista no inciso IX da referida Lei, com os acréscimos moratórios previstos na Lei nº

9.837/05, devendo ser homologados os valores recolhidos.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 07 de dezembro de 2022.

RUBENS BEZERRA SOARES – PRESIDENTE

ANDERSON ÍTALO PEREIRA – RELATOR

ALINE SOLANO SOUZA CASALI BAHIA– REPR. DA PGE/PROFIS